

COMICIO

Pav. dos Desp.
6ª f. 31 out. 21³⁰



Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I n.º 15 (Nova Série) 28-3 de Novembro de 1975 Preço 4\$00

**Vamos
deixar
que
a burguesia
se
reorganize?**

NÃO!



nos campos:
vamos levar até ao fim
a reforma agrária

nos quartéis:
vamos criar
comissões de soldados



nas fábricas:
vamos afirmar
o poder operário



Sobre a manifestação de dia 23 e os pretensos "núcleos pró-SUV"

OS SUV ESCLARECEM!

Carta de um emigrante revolucionário

UM ESCLARECIMENTO
QUE SE IMPOE:

QUEM É PIRES VELOSO?

Recuemos no tempo — 1956, Base Aérea N.º 1, Sintra. Aí se realizava a recruta das diferentes especialidades da Força Aérea. Comandante de instrução um tal capitão Veloso, de Infantaria de Lamego, adido à FA para chefiar esta instrução. Nesse tempo comandante da Base, ten.-cor. pil. av. Tito Lívio F. Pavia.

... Sucedia porém que esse dito capitão pertencia à PIDE (não sei o que lá fazia... mas concerta-se que não era porteiro, ou coisa tal!), sendo frequente o seu «convite» aos especialistas da FA, para passarem um dia pela Rua António Maria Cardoso, a fim de «alinham» nas fileiras da gestapo portuguesa... Alguns **chumbados** da recruta de Sintra transitaram para a nova instrução às «Laranjeiras», com o aval do sr. capitão Veloso!

Mas qual não é a minha surpresa, e ao fim destes anos, saber que esse militar-polícia de estado está no Comando da Região Militar do Norte! Como é possível que tal suceda?

A não ser que se tenham «destruído» provas de identificação dos arquivos da ex-Pide, ou se **tenha feito vista grossa a mais um**, das direitas...

Mas camaradas o que não se pode destruir é a memória, o conhecimento por parte de quantos frequentaram a dita recruta de 1956 em Sintra, e sabiam ou foram abordados pelo sr. capitão (ou, perdoem-me, brigadeiro em 1975!) sobre o seu especial interesse em **recrutar** especialistas da FA para a Pide.

Será bastante importante, neste momento, que os camaradas que foram testemunhas deste caso, se pronunciassem e juntassem o seu testemunho, não esquecendo que a Revolução Portuguesa não pode avançar com traidores encobertos... e não poderá haver indecisos, pois esses pagarão amanhã muito caro a sua indecisão, pois de traição ao processo revolucionário se trata! **Apelo** para os ex-recrutados da classe de 1956 de Sintra, cursos de pilotos, radiotelegrafistas, mecânicos de radar, de avião, de visor electrónico, etc. a testemunharem acerca do então comandante de instrução, e hoje comandante de Região Militar.

A criminoso PIDE acabou, mas a social-democracia, a reacção segue-lhe as pégadas, apoiados pelo capitalismo e seu espectro — o fascismo!

AQUI SE EXPLICA A SUBSTITUIÇÃO DO BRIGADEIRO CORVACHO, DO SEU POSTO LEGAL! Basta de fardas de galões de lata!

Basta de maiores graduados em coronéis!
O PODER POPULAR NÃO SE DEIXARÁ ENGANAR, OU RECUAR PERANTE FANTOCHES FARDADOS!

NÃO AO EXÉRCITO PROFISSIONAL!
UNIDOS E ORGANIZADOS NOS QUARTÉIS E UNIDOS AOS OPERÁRIOS E CAMPONESES, DERROTAREMOS TODAS AS MANOBRAS REACIONÁRIAS, VENHAM ELAS DE ONDE VIEREM!
REACIONÁRIOS FORA DOS QUARTÉIS, JÁ!

MILITARES REVOLUCIONÁRIOS SIM, REACIONÁRIOS NÃO!
EM FRENTE PELO EXÉRCITO POPULAR!

(Um ex-recruta especialista de 1956 da FA)

1 — Realizou-se hoje, dia 22 de Outubro, uma conferência de Imprensa de um grupo de indivíduos que a si próprios se intitularam de núcleos «S.U.V.» e «pró-S.U.V.» de algumas unidades da Região Militar de Lisboa. Nessa conferência, esse grupo — em nome desses pretensos núcleos S.U.V. e pró-S.U.V. — vinha a público criticar o Secretariado Regional de Lisboa do S.U.V. pelo facto de não apoiar a manifestação marcada para amanhã, dia 23 de Outubro, em Lisboa e apoiada pelo P.C.P. e por Comissões de Trabalhadores e de Moradores.

2 — Tem o Secretariado Regional de Lisboa do S.U.V. a esclarecer desde já que, nessa conferência de Imprensa, não esteve representada qualquer célula ou núcleo S.U.V. de qualquer das unidades da Região Militar de Lisboa; do mesmo modo, o Secretariado Regional de Lisboa declara desde já que desconhece por completo a existência de qualquer estrutura intitulada núcleo pró-S.U.V., que outra coisa não poderá ser senão uma tentativa de estruturação paralela e à margem das verdadeiras células e núcleos S.U.V. já existentes na Região Militar de Lisboa. Tal conferência de Imprensa é, pois, obra de indivíduos totalmente alheios à organização do S.U.V.

De facto, nessa manifestação, a par de palavras de ordem justas e que de resto foram avançadas pelo S.U.V. — tais como «Reacionários fora dos quartéis, já», «Soldados sempre sempre ao lado do povo», etc. — vai obedecer a outras, tal como «Revolucionários para o Conselho da Revolução» que não só contrariam a Plataforma do S.U.V. como são um factor de desarmamento, de desvio e de divisão do movimento popular de massas.

E isto porquê? Porque o chamado Conselho da Revolução, tal como o M.F.A. no seu conjunto, já demonstrou, ao longo de vários meses, que não só não pode ser uma barreira contra o avanço da reacção e do fascismo, mas também que precisamente constitui hoje um instrumento ao serviço da reacção, como é provado pela «lei da mordação», pela ocupação e silenciamento da Rádio Renascença, pela criação do A.M.J., etc., etc. Neste sentido, a tarefa do movimento popular de massas não é operar uma «viragem à esquerda» do M.F.A. e do Conselho da Revolução, para de novo se colocar — tal como aconteceu até à queda do V Governo — debaixo do controlo do M.F.A. e do C.R. A tarefa do movimento popular de massas é antes a de avançar decididamente no caminho da Revolu-

ção Socialista. Só assim se criará condições para o derrube do Estado burguês e a construção do Socialismo. E neste processo, o único Conselho da Revolução só poderá ser aquele que resultar da coordenação e centralização dos órgãos do Poder Popular (Comissões de Trabalhadores, de Moradores, de Soldados e os Conselhos de Aldeia) para as tarefas revolucionárias da tomada do poder pelos trabalhadores.

E por tudo isso que o S.U.V. não deu o seu apoio à manifestação de 23 de Outubro, a qual, pelas palavras de ordem referidas, não pode contribuir para o avanço da Revolução dos explorados e oprimidos, mas apenas para o reforço, nas estruturas burguesas do aparelho de Estado e do M.F.A., das posições das forças políticas reformistas que, não só praticam permanentemente a colaboração de classes, com a burguesia civil e fardada, mas que também se têm mostrado, nas alturas decisivas, contrárias ao avanço do processo da Revolução Socialista.

b) Contudo, os elementos reformistas no seio do Exército não só não podiam ficar indiferentes ao sucesso e ao prestígio crescente das acções do S.U.V. no seio das massas de soldados, mas também procuravam apropriar-se deste

pela instituição de Assembleias Populares democráticas e representativas dos interesses e das lutas das massas trabalhadoras.

3 — Entende, contudo, o Secretariado Regional de Lisboa do S.U.V. que esta incidente (que representa uma manobra de intenções divisionistas particularmente claras) não pode passar sem uma observação mais exaustiva sobre o fundo político subjacente a esta manobra. Assim:

a) A manifestação convocada para 23 de Outubro, apesar de apoiada por várias Comissões de Trabalhadores e de Moradores, não pode ser considerada uma manifestação unitária, apartidária e representando uma ofensiva autónoma dos trabalhadores para o avanço da Revolução — condição indispensável para que o S.U.V. lhe desse o seu apoio,

plac: intitularam-se como as bases do SUV, criticando o Secretariado Regional e dando apoio à manifestação. c) Nesta manobra, em que os seus autores nada mais representam do que eles próprios, constatamos até que ponto pode ir o oportunismo de alguns sectores apostados em dividir e destruir o movimento autónomo dos soldados. Nesta manobra à escala dos quartéis podemos antever, para além disso, o que sucederá aos órgãos de Poder Popular se não souberem combater energeticamente no seu seio as manobras oportunistas e liquidadoras de tais sectores.



3 — Entende, contudo, o Secretariado Regional de Lisboa do S.U.V. que esta incidente (que representa uma manobra de intenções divisionistas particularmente claras) não pode passar sem uma observação mais exaustiva sobre o fundo político subjacente a esta manobra. Assim:

a) A manifestação convocada para 23 de Outubro, apesar de apoiada por várias Comissões de Trabalhadores e de Moradores, não pode ser considerada uma manifestação unitária, apartidária e representando uma ofensiva autónoma dos trabalhadores para o avanço da Revolução — condição indispensável para que o S.U.V. lhe desse o seu apoio,

prestígio para o colocar ao serviço das suas manobras partidárias. E assim que, após terem denunciado os S.U.V.'s como organização fantasma, esquerdista e divisionista, passaram a «apoiá-los», tentando desviar a sua linha política para objectivos de conciliação e colaboração com a burguesia civil e militar. E, neste sentido, era para eles importante obter a adesão do SUV à manifestação de 23 de Outubro em Lisboa. E assim que, após terem enviado um grupo de indivíduos, totalmente alheios à organização do SUV em Lisboa, contactar em vão o Secretariado para apoiar a referida manifestação, resolveram o problema da forma mais sim-

pela constituição de Assembleias Populares democráticas e representativas dos interesses e das lutas das massas trabalhadoras. Contra as calúnias da reacção e as manobras oportunistas e divisionistas! Por uma linha unitária, apartidária de classe para o movimento de soldados! Pela eleição de comissões de soldados e pela sua ligação às comissões de trabalhadores, moradores e aos conselhos de aldeia!

O SUV venceu, o SUV vencerá!

(22OUT75)

O Secretariado Regional de Lisboa do SUV Soldados Unidos Vencerá!

Permitiremos que a burguesia se reorganize?

A semana que passou foi palco de uma série de escaramuças e episódios que, se são acessórios em relação ao que fundamentalmente está em jogo, têm a importância de reflectir os equilíbrios de força, as tensões existentes e as várias estratégias em presença.

Recolocar no ar a Rádio Renascença é uma grande vitória da esquerda, particularmente importante num momento em que as forças reaccionárias, Governo à cabeça, jogam desesperadamente no controlo da informação, como forma de assegurar o domínio (ideológico e não só...) das massas trabalhadoras que cada dia que passa mais claramente demonstram ter os olhos bem abertos.

Assim, não admira que, após os falhanços que as tentativas de restauração da censura (para assuntos militares) e de ocupação das emissoras representa-

nificativo da sua fraqueza que o Governo e o Conselho da Revolução não tenham tido capacidade para esboçar qualquer resistência a esta vitória popular.

«ALMIRANTE SEM MEDO» — BURGUESIA EM PÂNICO

Entretanto o «almirante sem medo» (como lhe chama a burguesia em pânico, pendurando-se-lhe desesperadamente nos galões), não perde tempo. Pessoalmente vai ao Porto tentar incentivar uma ofensiva reaccionária que se oponha à crescente movimentação popular.

Ao mesmo tempo que vários atentados bombistas relembram os métodos de Mussolini, enquanto um bando de retornados incendia a Casa de Angola aos gritos de «Abaixo o poder popular», Pinheiro de Azevedo é, no Porto, aplaudido

exploração desenfreada e gordos lucros?

Em conferência de Imprensa, Mário Soares exprimiu o pânico em que se encontrava a burguesia que representa.

Muito significativamente o MES é acusado de crer, para já, construir o poder popular, de pretender a conquista do poder político pelos trabalhadores acabando com a ditadura da burguesia. Mostra o dr. Soares começar a perceber o que o MES pretende! Passamos, pois, de «satélites do PC» a «ainda piores»? Que a burguesia nos ataque... é bom sinal!

De facto não há nada que meta mais medo aos falsos socialistas, fantoches do imperialismo do que o poder popular. Não há dúvida que Holden Roberto, Mobutu e Soares falam a mesma linguagem. Mas pode estar certo o dr. Soares, que os trabalhadores fardados e não fardados lhe saberão aplicar

QUESTÕES DECISIVAS

Neste momento o plano da direita que há muito vimos denunciando tem já claramente definida a sua primeira fase: criação do AMI e desmobilização de importantes parcelas das forças armadas não profissionais (a primeira incorporação de 1974, o grosso dos participantes no 25 de Abril) representa um marco fundamental de uma manobra através da qual a burguesia tenta refazer o aparelho repressivo que as lutas dos operários e dos soldados tornaram inoperacional.

Também para as forças revolucionárias este prazo conta. Se permitimos, de braços cruzados, que a burguesia se arme, comprometeremos definitivamente a possibilidade de construção do socialismo.

Em tudo isto têm uma decisiva importância os fabulosos interesses que se jogam com a independência de Angola e os complica-

para um só dos seus problemas.

As conversações PC-PS com a presença de Pinheiro de Azevedo e elementos do CR mostram que já foi compreendido que este Governo não governará!

AS VÁRIAS TESES

Sã Carneiro e o PPD já não escondem o seu anticomunismo e a sua aspiração de escorraçar do Governo o último representante do PC.

Entretanto o PC joga no reforço das suas posições no aparelho de Estado, o que passaria pelo afastamento do PPD. As recentes movimentações populares que tem incentivado visam pressionar para atingir esse objectivo. Algumas pastas ministeriais são o preço exigido para desmobilizar as massas trabalhadoras.

A recente invenção de núcleos SUV e pró-SUV (veja-se o comunicado publicado noutra local) para

apoiar a «manifestação apartidária» a favor dos seus objectivos, mostra que o PC não hesita em sacrificar a organização popular para levar avante as suas manobras.

Tal estratégia não deixará de interessar, aliás, ao PS e a muitos «renovadores» do capitalismo como é o caso, p. ex., do grupo dos nove.

De facto a participação do PC é indispensável aos que, pretendendo manter em Portugal a ditadura do capital (ainda que sob formas «mais avançadas» e «democráticas») aspiram a conseguir para tal projecto a colaboração (ou ao menos a passividade) de franjas importantes das massas de explorados.

A organização popular está já demasiado avançada para que seja possível colocar-lhe impunemente a mordida da «disciplina capitalista». Tal já seria mais viável estando o mais forte partido da classe operária, ele próprio, empenhado na conciliação. Simplemente é mais do que duvidoso que as bases do PC alguma vez consentam em desempenhar um tal papel.

Face a tudo isto, qual a estratégia capaz de levar à vitória a classe operária e todos quantos lutam decididamente pelo socialismo?

Só uma resposta existe:

1. Reforçar a organização popular, desenvolvendo o poder dos trabalhadores nas fábricas, nos campos e nos quartéis.
2. Mobilizar as massas para o combate, sem tréguas até à vitória final, contra o fascismo e o capitalismo, desmascarando os falsos socialistas, impedindo que a burguesia se reorganize.



ram, o Governo tente novo expediente — iniciada com a «conversa em família» de Pinheiro de Azevedo:

lança-se uma esmagadora campanha de desinformação na TV com as «diárias conversas de chacha» dos vários ministros e secretários. Pretende-se criar as condições para a campanha repressiva (a tão falada «restauração da disciplina ou da autoridade») que permita ao capitalismo recompor-se da situação desesperada em que se encontra. Ridiculamente pretende-se fazer crer que, para caminharmos para o socialismo, precisamos de auxílio económico dos principais países capitalistas. Que rico socialismo o deste VI Governo...

Dado este grande interesse que demonstra pelo controlo da informação, torna-se particularmente sig-

delirantemente por enorme multidão do CDS, PPD e PS. Quantos ex-PPD, ex-ANP, ex-Legião, actuais fascistas ou «elps» terão aí manifestado apoio ao VI Governo?

Terão estas iniciativas alguma coisa a ver com a necessidade de ter em conta o «país real», com o recuperar as massas trabalhadoras do Norte «mais atrasadas» para um projecto socialista, como cinicamente não se cansam de explicar Melo Antunes e os falsos socialistas que ocupam os órgãos de Poder? Não contribuirão antes para fortalecer a influência dos caciques e incentivar a campanha reaccionária que as forças do capital, nacional e internacional, vêem desenvolvendo e que visa a instauração de uma nova ditadura de direita que permita restabelecer a

delirantemente por enorme multidão do CDS, PPD e PS. Quantos ex-PPD, ex-ANP, ex-Legião, actuais fascistas ou «elps» terão aí manifestado apoio ao VI Governo?

Terão estas iniciativas alguma coisa a ver com a necessidade de ter em conta o «país real», com o recuperar as massas trabalhadoras do Norte «mais atrasadas» para um projecto socialista, como cinicamente não se cansam de explicar Melo Antunes e os falsos socialistas que ocupam os órgãos de Poder? Não contribuirão antes para fortalecer a influência dos caciques e incentivar a campanha reaccionária que as forças do capital, nacional e internacional, vêem desenvolvendo e que visa a instauração de uma nova ditadura de direita que permita restabelecer a

delirantemente por enorme multidão do CDS, PPD e PS. Quantos ex-PPD, ex-ANP, ex-Legião, actuais fascistas ou «elps» terão aí manifestado apoio ao VI Governo?

Terão estas iniciativas alguma coisa a ver com a necessidade de ter em conta o «país real», com o recuperar as massas trabalhadoras do Norte «mais atrasadas» para um projecto socialista, como cinicamente não se cansam de explicar Melo Antunes e os falsos socialistas que ocupam os órgãos de Poder? Não contribuirão antes para fortalecer a influência dos caciques e incentivar a campanha reaccionária que as forças do capital, nacional e internacional, vêem desenvolvendo e que visa a instauração de uma nova ditadura de direita que permita restabelecer a

delirantemente por enorme multidão do CDS, PPD e PS. Quantos ex-PPD, ex-ANP, ex-Legião, actuais fascistas ou «elps» terão aí manifestado apoio ao VI Governo?

VI GOVERNO POR QUANTO TEMPO AINDA?

Neste contexto é evidente que a acção do VI Governo tem servido perfeitamente o plano de direita. As suas medidas reaccionárias têm sido manobras de diversão enquanto, mais longe das vistas dos trabalhadores, a burguesia tenta reagrupar as forças que lhe permitam restaurar o seu domínio.

No entanto, o facto de não conseguir governar põe-o inevitavelmente em causa.

A direita já, quida que este Governo consiga a sua disciplina. E as massas de explorados estão perfeitamente conscientes de que ele não lhes trará solução

ASSINATURA

Poder Popular

12 meses 200\$00
 6 meses 100\$00 apoio 400\$00
 estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

JORNAL SEMANAL — todas as 4.ª Feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83

Composição e impressão Renascença Gráfica S.A.R.L. Rua Luz Soriano, 44 Lisboa

A REFORMA AGRÁRIA AVANÇARÁ!

A Reforma Agrária é uma questão decisiva para o avanço do processo revolucionário em Portugal. Nada de espantar, portanto, que os obstáculos que a burguesia opõe ao avanço dessa reforma agrária sejam cada vez mais fortes.

No dia 24, mais duas manobras reacçãoárias tiveram lugar: uma, em Alcácer do Sal, onde rebentou uma bomba no Centro Regional de Reforma Agrária e outra, em Beja, onde realizou uma manifestação de pequenos agricultores.

Porque foi atacado à bomba o CRRA do Alcácer do Sal?

Porque este centro se tem colocado decididamente do lado dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores, pelo avanço da reforma agrária e contra o poder dos latifundiários. E por isso que os latifundiários têm um ódio de morte a todos os que aí trabalham, tudo farão para intimidar os trabalhadores do Centro e, se possível, pô-los de lá para fora.

Porque se realizou a manifestação dos pequenos agricultores em Beja?

Os pequenos agricultores, já no tempo do fascismo, eram das classes sociais que mais sofriam com a exploração que lhes era imposta pelos capitalistas e latifundiários.

Depois do 25 de Abril essa situação não melhorou e em muitos casos piorou até. A política agrária de todos os governos provisórios tem desprezado quase por completo os pequenos agricultores. Por outro lado, as Ligas de Pequenos Agricultores não têm também defendido correctamente os interesses dos seus associados.

O descontentamento dos pequenos agricultores é, portanto, justo, como também é justo que eles se revoltam e manifestem contra a sua actual situação. Mas esta luta só pode ser vitoriosa se os pequenos agricultores se aliamem àqueles que como eles sempre têm sido explorados: os trabalhadores rurais.

De uma maneira geral, nem os trabalhadores rurais nem os pequenos agricultores, têm sabido encontrar as formas concretas dessa aliança contra o inimigo comum: a burguesia agrária e os latifundiários.

Por isto, e também porque os pequenos agricultores são ainda em muitos casos pouco conscientes politicamente, é possível a sua luta ser instrumentalizada pelos latifundiários e seus partidos. Foi isso que aconteceu em Beja.

Se as reivindicações dos pequenos agricultores eram correctas (como foi reconhecido pelo próprio CRRA de Beja), já o aproveitamento político que se fez dessa manifestação era reacçãoário. Quem de facto organizou, manipulou e tirou os frutos políticos da manifestação, foram por um lado os latifundiários, que aliás lá se encontravam em grande número (Tarecos, Anselmo Mira da Silva, ex-ANP e informador da Pide, Jorge Féria de Serpa, os Mira Coroa, os Faias, Toscano Rico, Eduardo Nunes, Raposo de Ferreira do Alentejo e outros), e o PS (tendo à frente o famigerado lambe-botas dos latifundiários de antes do 25 de Abril, Joaquim Fialho).

É esta corja de canalhas que sempre sugou o sangue, tanto dos trabalhadores rurais como dos pequenos agricultores, que procura agora voltar uns contra os outros, numa tentativa desesperada de travar a reforma agrária.

Este tipo de manobras juntam-se a todas as outras que os reacçãoários têm vindo a desencadear contra a reforma agrária, tais como a sabotagem às sementeiras, o abate indiscriminado de gado, o bloqueamento do crédito aos pequenos agricultores e cooperativas de assalariados rurais.

Mas não é só a reforma agrária que é neste momento atacada.

Tudo isto se insere num plano mais geral da burguesia nacional e internacional para esmagar as massas trabalhadoras e o seu avanço para o socialismo.

Não foi por acaso, que no mesmo dia em que rebentou a bomba em Alcácer e houve a manifestação em Beja, rebentaram outras bombas em Lisboa e uma no Porto e foram detectadas movimentações de ELP's e Pides nalgumas zonas do País.

Não é também por acaso que estes elp's aparecem a lutar em Angola ao lado dos fantoches da FNLA e da UNITA e das tropas zairenses e sul-africanas, contra o único representante legítimo do povo angolano: o MPLA.

A nível internacional lá estão os Estados Unidos, a Alemanha, a África do Sul.

A nível de Portugal e de Angola cá estão o PS, PPD, CDS, o ELP, a FNLA, a UNITA.

O Secretariado da Organização Regional do Baixo Alentejo do Movimento de Esquerda Socialista

O avanço na ocupação de herdades e latifúndios, no princípio deste ano, ainda antes do 11 de Março, pelos trabalhadores rurais do Alentejo e do Ribatejo, marcam o início de uma nova fase do processo de luta de classes no campo em Portugal. As tradições de luta dos assalariados e pequenos agricultores, por um lado, estão na origem do desenvolvimento dum processo de ocupação, incidindo de princípio apenas sobre o inculto e subaproveitados e estendendo-se depois às grandes herdades intensamente capitalizadas.

Perante a capacidade de organização dos trabalhadores, que cultivam terras há muito abandonadas, que introduzem novas culturas e recuperam terrenos para outras produções, que lutam na prática contra o desemprego, mostrando que não precisarão mais das ordens dos patrões, como reagem as classes dominantes, através dos seus laiaços?

— roubam gados nas herdades colectivas.

— incendiam searas, tentando comprometer um ano de trabalho.

— boicotam a reparação de máquinas.

— realizam atentados contra delegados sindicais.

— fazem intimidações e atentados contra os centros regionais de reforma agrária, que tenham mostrado capacidade de acampanhar à luta dos trabalhadores rurais.

— lançam campanhas difamatórias (mentindo e caluniando) contra as ocupações.

— tentam manipular agricultores (manifestação de Beja) e lançam trabalhadores contra trabalhadores.

Estas são as últimas manobras daqueles que toda

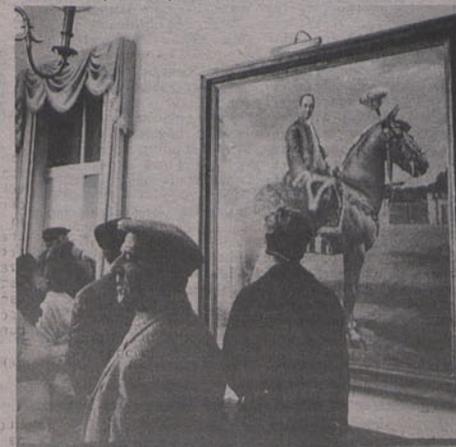
a vida viveram do povo trabalhador, que tentam desesperadamente manter os privilégios a que se habituaram.

Mas os trabalhadores não desistem, não se intimidam, cada vez reconhecem com mais clareza quem é o seu inimigo e cada vez ganham mais força para o combater.

Ao ocuparem herdades onde se organizam colectivamente, ao exigirem em movimentações massivas a distribuição de créditos e apoio técnico, ao formarem piquetes de vigilância e autodefesa, os trabalhadores rurais avançaram decididamente na Reforma Agrária, impedindo que esta fosse obra de gabinetes e tomando nas suas mãos a sua realização.

As vitórias já obtidas nos campos, ganham agora maior importância, quando os trabalhadores mais sentem a necessidade de coordenar a acção das várias cooperativas, quando pensam na necessidade de resolver os problemas de comercialização com os camaradas de outras herdades ocupadas, quando em conjunto procuram solucionar os problemas de desemprego, questões a que o aparelho de Estado burguês não dá resposta. É na constituição de órgãos de poder popular — os Conselhos de Aldeia — que sejam desde já expressão do exercício efectivo do poder pelos explorados e oprimidos dos campos, pelo controlo e planificação local da produção, que se podem encontrar as raízes duma nova sociedade e duma forma de relação entre os produtores nos campos e os operários das cidades.

Como reagem os trabalhadores a provocações como a que foi levada em Alcácer do Sal?



O palácio do califa está agora em boas mãos!

Poder Popular



MOÇÕES

Cooperativa S. Romão

Cooperativa 1º de Maio

«Nós, trabalhadores da Cooperativa Agrícola de S. Romão do Sado, estamos presentes nesta altura de luta contra os latifundiários que hoje tentaram destruir o Centro. Estas manobras não nos intimidam, estamos decididos a avançar na luta até ao fim da exploração dos trabalhadores.

VIVA A REFORMA AGRÁRIA

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES

MORTE À REACÇÃO VIVA O PODER POPULAR»

«Consideramos esta provocação um atentado contra a reforma agrária, ou seja contra todos os trabalhadores agrícolas e a classe operária em geral.

«Ao mesmo tempo damos todo o apoio aos camaradas do Centro para que a Reforma Agrária continue, mesmo que os atentados fascistas não parem.

«Apelamos aos soldados, marinheiros para que iniciem todas as formas de luta ao lado dos trabalhadores agrícolas para queimar de uma vez para sempre os maiores inimigos dos trabalhadores do campo, os grandes latifundiários».

Na madrugada do dia 24, os reacçãoários levaram a cabo mais uma manobra intimidatória, ao atentarem contra o Centro Regional de Reforma Agrária, que sempre tem demonstrado determinação para acompanhar as lutas dos trabalhadores rurais. Qual é a resposta a esta provocação?

A resposta é inequívoca, pois os trabalhadores respondem repudiando o acto, avançando nas suas lutas e organizando-se na defesa das suas conquistas.

Assim, em Alcácer os trabalhadores das cooperativas das grandes empresas agrícolas, ocuparam a casa e a quinta do grande latifundiário da região, João Branco Nuncio, e entregaram-na ao C.R.R.A. para que aí se instale. É uma ocupação levada a cabo pelos 3 milhares de trabalhadores, que vieram a Alcácer, na própria tarde do atentado, repudiando mais esta manobra da burguesia e dos seus laiaços.

Como forma de efectivar essa ocupação organizaram-se em piquetes de autodefesa e vigilância que são orientados por uma

comissão de luta constituída por membros das Comissões de Trabalhadores das várias cooperativas. E como resposta às pressões superiores no sentido do abandono de mais esta conquista, as formas de organização e de poder dos trabalhadores reforçam-se e avançam. As Comissões de Trabalhadores de 19 cooperativas de produção e de uma grande empresa agrícola, em comunicado emitido a 26.10.75, convocam: «todos os trabalhadores das cooperativas de Setúbal, assim como todos os operários agrícolas a concentrem-se junto ao Centro Regional de Reforma Agrária em Alcácer do Sal na próxima segunda-feira, dia 27 de Outubro pelas 10 horas da manhã».

E o comunicado prossegue:

«Camaradas, não cedemos um milímetro às exigências da burguesia e de todos os laiaços do capital. Continuaremos os piquetes de vigilância e não haverá pressões, venham elas de onde vierem, que nos façam ceder até à vitória final.»

QUEM COM FERROS MATA...

Convocados por 20 comissões de trabalhadores de cooperativas agrícolas, muitas centenas de operários rurais da área de Alcácer concentraram-se ao longo do dia 27 frente à casa do João Núncio em Alcácer ocupada na sexta-feira anterior.

A opinião geral manifestada era que a única reacção a ter frente à violência dos agrários e à burguesia reaccionária teria sempre de ser uma resposta «taco a taco».

A sede do Centro Regional da Reforma Agrária, tinha sido destruída por uma bomba. Os latifundiários, os reaccionários, não ficariam a rir. Se julgavam que a Reforma Agrária pararia por falta de sede ou que uma bomba traiçoeira seria suficiente para amedrontar o povo, enganaram-se.

Foi exactamente o contrário que sucedeu. Não só o povo se mobilizou contra esta agressão fascista e cobarde, como de imediato passou à ofensiva substituindo o que a burguesia traiçoeiramente lhes destruiu.

Quem queima searas, quem deixa encharcar e estragar a palha para os ani-

mais, quem não colhe a tempo proposadamente, quem retém o trigo nos armazéns fazendo perigar as sementeiras, quem, como na «TERÇA» produzia onze mil sacos de arroz consegue diminuir a produção para 3 mil, são os que da terra só aceitam ou grandes lucros ou coutadas, são os mesmos que sempre preferiram o dinheiro fácil aos encargos e ao trabalho, os que, ao invés de se dedicarem ao cultivo preferiram sempre a riqueza cómoda da cortiça, das pinhas e da rezina, tudo isso à custa dos trabalhadores que botavam no desemprego ou do povo em geral que, como disse Manuel Frotas da Cooperativa de Padrões: «se não formos nós, com certeza que nas cidades não vão comer paredes ou outras coisas».

Estes senhores são os reaccionários, são os burgueses capitalistas. É essa corja de canalhas que quando não pode explorar preferem destruir. Por isso se pôs a bomba no Centro. Por isso se tem ultimamente boicotado a produção e por isso se deixa emagrecer o gado e pretende que o tempo da sementeira pas-

se sem que o trigo apareça.

Mas, «por cada casa nossa que eles destruírem nós tomaremos outra aos agrários».

Um dos Núncios disse há tempos, e muitos camaradas o confirmam, que os trabalhadores rurais «hão-de dentro de meses comer mas é merda».

Enganam-se os Núncios e os da sua igualha, enganam-se todos os que julgam que a Reforma Agrária se pode parar ou que os operários agrícolas se deixarão assustar com bombas fascistas, com ameaças do VI Governo e dos mercenários do AMI, ou com calúnias como as do dr. Soares e seus aliados do PPD e CDS.

Como disse um camarada de uma das Cooperativas ocupantes: «quem com ferros mata com ferros morre».

«COM CERTEZA QUE TODAS AS COISAS QUE AQUI ESTÃO QUEM AS FEZ FOI OS TRABALHADORES»

Da janela da nova sede do Centro falaram representantes das várias cooperativas presentes. Pela Cooperativa Sol Dourado

de Coruche disse o seu representante: «O que está o Pinheiro de Azevedo a fazer no Governo? — a apoiar os gajos da direita!»

Da Cooperativa Agrícola de Albergue ouvimos: «Venceremos à força das armas se for necessário. Vamos, porque está no tempo da sementeira, todos juntos nos tractores buscar o trigo...»

Em resposta a provocações que têm sido feitas quer por alguns jornais burgueses, quer pelos partidos social-democratas e fascistas, PS, PSD, etc., e pelo próprio Governo Provisório considerando as ocupações como actos selvagens de vandalismo egoísta, disse também Manuel Frotas da Cooperativa de Padrões: «A gente não quer destruir nada porque com certeza todos os móveis e coisas que aqui estão quem as fez foram trabalhadores».

Foi grande e significativa a participação das operárias que publicamente exigiram ser armadas como os homens já que como eles andavam de enxada igual todo o dia.



DUAS VITÓRIAS — MAS A LUTA CONTINUA

Esta concentração comício de apoio à Reforma Agrária e de ocupação ao Palácio do Califa J. Núncio culminou com uma dupla vitória dos trabalhadores agrícolas. A primeira vitória foi o conseguir-se transformar uma casa de luxo da burguesia num local de apoio aos trabalhadores. A outra vitória foi o de se ter conseguido ao fim da tarde e com o apoio dos milhares de trabalhadores presentes, constituir um Secretariado composto por representantes das comissões de trabalhadores das

cooperativas agrícolas presentes. Ficou assim reforçada e alargada a capacidade de luta, organização e poder dos trabalhadores. Dever-se-ão seguir esforços no sentido da criação de comissões de aldeia que garanta também a participação de representantes dos pequenos agricultores na Reforma Agrária.

Manifestando a sua determinação em avançar com a Reforma Agrária e o poder popular armado, os trabalhadores seguiram depois em manifestação pela vila, exigindo os reaccionários fora dos quartéis e o poder a quem trabalha.

MES — MOVIMENTO COMUNISTA

SOBRE A "CISÃO" DE COIMBRA

A C. P. N. do M. E. S. tomou conhecimento que alguns elementos da Organização Regional do Centro, que desde a campanha eleitoral para a Constituinte se tinham afastado praticamente das tarefas militantes do Movimento, resolveram formalizar a sua saída do Movimento.

Estes elementos dissidentes escondem desajeitadamente o seu pânico perante o avanço da Revolução, numa crítica à direcção do M. E. S. e às decisões que não são capazes de assumir, pois essas decisões respondem consequentemente à agudização crescente da luta de classes em Portugal e definem a próxima fase do processo como de ofensiva popular vitoriosa.

Estes elementos, como toda a pequena burguesia intelectual, enquanto a fase de ruptura revolucionária se encontra distante desprezam as tarefas da organização das massas na preparação das lutas que conduzem ao crescente do movimento popular.

Nessas alturas com o que a pequena burguesia intelectual se preocupa no seu discurso pseudo-radical, é com o projecto e o modelo da futura sociedade, **construí dos não com base no processo material da luta de classes, mas sim com bases nos sonhos arrivistas de ascensão ao estatuto de iluminados do processo histórico.** Não se empenhando na criação de condições objectivas e subjectivas para a Revolução, essa aparece-lhes como coisa alheia, que de facto é, porque a realidade na sua marcha objectiva tem muito pouco a ver com a versão subjectivista com que a intelectualidade a contempla.

Propagando falsamente querer a Revolução, ao que a pequena burguesia intelectual de facto aspira é apropriar-se da condução ideológica da luta dos trabalhadores, sua aspiração clássica ao longo da última fase do processo histórico. A pequena burguesia intelectual, fora e acima das lutas operárias, prefere academicamente interpretá-las, globalizá-las ou dedicar-se a outras actividades lúdicas do género, julgando ridiculamente que lhe está destinado o papel de direcção na futura sociedade socialista.

O desenvolvimento da luta revolucionária sempre se encarregou de deixar pelo caminho os intelectuais pequeno-burgueses, para quem a direcção política não é a

direcção prática da luta concreta dos explorados e oprimidos, mas sim exercícios da sua «superioridade» teórica e ideológica. O desenvolvimento da luta revolucionária sempre se encarregou de deixar pelo caminho os hesitantes e os medrosos. A saída destes elementos da nossa organização fortalece-a, pois uma organização revolucionária desenvolve-se e cresce depurando-se dos elemen-

tos incapazes de assumirem a sua condição de militantes comunistas, dos elementos tolhidos pelas hesitações pequeno-burgueses, pelo medo físico e político da luta.

O Departamento de Informação e Propaganda da Comissão Política Nacional do Movimento de Esquerda Socialista

Acumulando um conjunto gratuito de acusações, os elementos dissidentes tornam evidente a sua incapacidade de, pela prática, assumirem a defesa das suas concepções remetendo-se para as posições características do intelectual pequeno-burguês que analisa os processos afastando-se das tarefas que competem aos revolucionários, colocando-se acima do movimento real.

Da justeza da actuação do MES são as acções concretas que dão a resposta. Assim:

1. A justeza da tática do movimento face ao MFA, consagrada nomeadamente na aprovação do Documento Guia da Aliança Povo-MFA, «corporizou» uma fase anterior do processo numa «alternativa revolucionária que é a razão de ser do Movimento... mas isso é irrelevante para os elementos dissidentes! Como o são os êxitos táticos obtidos na questão das nacionalizações, da reforma agrária que impedem o plano económico neo-capitalista de Melo Antunes. Como o são os avanços fundamentais na construção do Poder Popular que amadurecem já uma dualidade de poderes característica de uma situação revolucionária.

2. O projecto político do MES estabeleceu como tarefa tática central dos revolucionários e do movimento operário para a fase de luta aberta com o 28 de Setembro o aprofundamento da divisão de poderes que possibilitasse a passagem a uma fase superior de luta caracterizada pela dualidade de poderes.

Os intelectuais pequeno-burgueses, presos a concepções livrescas do que é a dualidade de poderes, desligados do movimento real das massas exploradas, baseiam toda a sua argumentação no pressuposto básico de que esta tarefa tática não está cumprida. Essa é a raiz da sua dissidência e do seu oportunismo político. Não havendo dualidade de poderes há que permanecer, segundo eles, na afirmação dispersa de contra-poderes operários e populares, uma concepção que mais não é do que o **defensismo reformista**, incapaz de pôr na ordem do dia a tomada do poder pelos trabalhadores, a vitória da ofensiva popular.

3. Os passos dados na realização de assembleias populares locais e de constituição de executivos dessas mesmas assembleias, sobretudo na zona industrial de Lisboa. Os passos dados na constituição de intercomissões de trabalhadores de moradores, em todo o País. As experiências de controlo operário sobre a produção e de controlo popular sobre a satisfação das necessidades colectivas, nomeadamente a habitação, levadas a cabo pelas comissões de trabalhadores e de moradores. A enorme capacidade de mobilização que em todo o País os órgãos de poder popular mostraram possuir ao longo de toda a crise, em torno fundamen-

mente de objectivos políticos globais (apoio ao documento guia, aplicação do documento do Capcon, combate à direitação da situação político-militar) mas sem descurar os objectivos concretos que lhes dão sentido e vida. As potencialidades, força e a acção popular dos «SUV», expressando, por enquanto, um movimento que aponta para a organização autónoma dos soldados e que a curto prazo contribuirá para criar as suas estruturas próprias, as comissões de soldados. Eis os aspectos essenciais que nos permitem afirmar que no campo da organização das massas populares a burguesia e o reformismo têm sido batidos em toda a linha e que o movimento popular de massas se encontra na antecâmara de uma situação caracterizada pela entrada da organização autónoma de soldados no seu seio e pela generalização da dualidade de poderes.

Esquecer os passos importantíssimos que no campo da organização do poder popular foram dados nos últimos três meses é preparar o terreno ao defensismo contra-revolucionário.

4. A posição dos dissidentes expressa no documento que tornaram público, é pois, a opção política coerente com as suas concepções reformistas. Face à luta de morte que se trava entre as forças populares e revolucionárias e as forças da burguesia, eles escolheram o caminho próprio dos radicais pequeno-burgueses, abandonando as tarefas da Revolução Socialista e remetendo-se para a passividade de quem preconiza uma resistência popular capitulacionista, cujo **derrotismo** evidente nem sequer é iludido, apesar dos chavões e da profissão de fé de revolucionários. A sua incapacidade de análise é manifesta, o que os leva a não caracterizar a actual fase da luta de classes, não identificando sequer o inimigo principal, não escolhendo aliados, não analisando a actual correlação de forças ao nível do poder, nem apontando objectivos táticos para a ofensiva popular em curso.

5. Acusando a direcção política do MES de fazer o jogo do reformismo, o grupo dissidente inadveridamente, ou talvez não, preconiza afinal posições, que a serem postas em prática, mais não poderiam servir do que a tática reformista do PCP, dando livre curso aos que apostam na «reconstrução» do MFA, liquidando os passos já dados na criação da organização autónoma dos soldados e marinheiros, na coordenação dos órgãos de poder popular e na criação duma direcção política alternativa à do PCP.

Não é essa a posição do Movimento de Esquerda Socialista, não é essa a tática dos revolucionários na actual fase do processo.

Coimbra, 27 de Outubro de 1975
O Secretariado da O. R. Centro do MES

UNIR OS REVOLUCIONÁRIOS



A entrada das massas populares no processo aberto em 25 de Abril, impedindo que este se transforme num mero reajustamento das fracções de classe da burguesia, por um lado, e a luta vitoriosa dos povos coloniais, por outro, retiraram à burguesia dois dos pressupostos fundamentais em que assentava o seu domínio de classe. O movimento popular de massas obrigava a que se tomassem medidas económicas eficazes de ataque ao poder do capital (nacionalizações) avançava na organização do controlo da produção, criava um contra-poder efectivo ao aparelho de estado burgueses (poder popular) e lançava as bases da criação do exército popular. Os camponeses lançavam-se na ocupação de terras e na luta pela Reforma Agrária, e o parlamentarismo burgueses (Assembleia Constituinte) surgia cada vez mais aos olhos das massas como um instrumento repressivo. Erâm as questões centrais da revolução socialista que estavam na ordem do dia. A burguesia estava apavorada, mas dispunha ainda de um pressuposto: a íntima ligação e dependência do imperialismo.

É aqui que ela vai jogar todos os seus trunfos. A social-democracia e os seus agentes mais activos percorrem então as capitais, implorando, de joelhos o cerco imperialista a Portugal. Que não tardou, como é óbvio.

É, pois, esta a fase actual do processo revolucionário. O pânico da revolução socialista levou a burguesia e o imperialismo a jogarem na destabilização económica no sentido de provocarem uma destabilização política que lhes fosse favorável. Conseguiram algum êxito. Aproveitando-se da divisão no aparelho de estado, da natureza contraditória do MFA, das hesitações e das cumplicidades das forças reformistas, da ausência de uma vanguarda organizada da classe operária, a social-democracia pôde colar a si e rebocar, nesta ofensiva, todas as forças da burguesia capitalista e do terrorismo fascista, do PS ao ELP.

Nós pensamos, pois, que a situação está clarificada. De um lado, procedeu-se ao reagrupamento da burguesia, dos oficiais reaccionários, da pequena burguesia letrada com um discurso pseudo-radical e de grupos esquerdistas com uma prática política objectivamente de direita. Do outro lado, estão as grandes massas trabalhadoras com a classe operária à frente, intimamente ligadas aos oficiais progressistas e revolucionários, aos soldados e marinheiros, unidos em torno dos órgãos de poder popular, que querem decididamente a revolução, mas que não possuem ainda um requisito fundamental para a tomada e exercício do poder — a vanguarda de classe organizada.

A QUESTÃO DA VANGUARDA DE CLASSE

Nós pensamos que a vanguarda de classe não pode ser construída fora — e muito menos contra — o movimento das próprias massas. Sobretudo em Portugal, numa fase do processo revolucionário em que amplas camadas da classe operária, do campesinato, dos pescadores, dos soldados e marinheiros, de oficiais e intelectuais revolucionários se empenharam unitariamente em levar a revolução por diante, em que os trabalhadores se lançaram no levantamento do poder popular, é preciso compreender que só poderá ser assumida pelas massas a linha de classe que tenha aberto, dentro do movimento popular de massas, um caminho, objectivamente revolucionário de ataque à crise, concreta do capitalismo na situação concreta do nosso país! O processo de construção da vanguarda de classe em Portugal, não pode, pois, sobranceiramente dispensar a prática objectiva revolucionária já avançada pelas classes trabalhadoras. Tem de nascer de dentro e, já se vê, saber assumir como suas as vitórias e as derrotas entretanto conseguidas ou sofridas, sempre no caminho de corrigir os erros

pela confrontação com a prática. Partir das massas para regressar às massas, eis a linha justa de direcção. Só que, no nosso país, face às condições concretas presentes, a construção da vanguarda é mais efeito do que causa da capacidade de imprimir uma direcção revolucionária ao movimento popular de massas.

Já se vê pois que nós reconhecemos o papel da direcção política das massas como uma questão fundamental para a revolução socialista e até como um dos seus obstáculos decisivos no actual momento. É preciso abandonar a visão estreita e sectária de construir a vanguarda de classe a partir do círculo político pessoal ou até familiar, como nalguns casos ridiculamente se pretende.

A FUR UM PASSO NO CAMINHO DA CONSTRUÇÃO DA VANGUARDA DE CLASSE

Conforme afirma no seu manifesto, a FUR representa um contributo no sentido da unificação e organização da vanguarda de classe, necessidade histórica do proletariado no caminho para a tomada

dos órgãos progressistas e revolucionários, dos órgãos de poder popular e das forças políticas progressistas e revolucionárias que nela não estejam representadas.

Daqui a infere a extrema importância que a FUR pode ter na unificação dos revolucionários. Mas da unidade política revolucionária à unidade organizada de classe há um longo caminho a percorrer. Nós pensamos que a FUR está em óptimas condições para abrir o sentido desse caminho e que a tarefa actual é unir não só os revolucionários que estão já dentro da FUR mas sobretudo os revolucionários que ainda nela se não encontram representados. A FUR tem de constituir uma ampla organização de massas onde tenham lugar todos os que querem consequentemente lutar pelo avanço do processo revolucionário. A FUR está na primeira linha de combate pelo poder popular. É pois, necessário e urgente unir e ramificar as estruturas organizativas da FUR e saber ligá-las aos órgãos de poder popular, como condição para o desenvolvimento



e afirmação do seu poder revolucionário.

As organizações políticas empenhadas na construção da FUR acordam assim em desenvolver esforços no sentido de contribuir para a organização da vanguarda de classe.

A Frente de Unidade Revolucionária depois de construída não constitui a vanguarda de classe mas tão só um esforço de unidade revolucionária que permita abrir condições para a sua criação.

Nascida da necessidade de responder à ofensiva reaccionária, a FUR demonstra capacidade e uma disposição política firme de passar à ofensiva, não se limitando à defesa das conquistas já alcançadas pelas classes trabalhadoras, continuando a levar por diante o curso do processo revolucionário na luta contra o fascismo, a social-democracia e o imperialismo, defendendo o poder popular pelo socialismo e pela independência nacional face ao imperialismo.

A organização da vanguarda de classe só pode ser construída dentro da ofensiva popular a levar por diante é a FUR, empenhando-se em apoiar e desenvolver essa ofensiva, está em condições de prestar um serviço decisivo ao cumprimento daquela tarefa: A FUR encontra-se aberta à participação

e vitória da ofensiva popular.

Esta nossa posição face à FUR é tanto mais importante quanto o VI Governo Provisório e o projecto reaccionário que o suporta representam uma clara viragem à direita e são o resultado directo da ofensiva social-democrata e imperialista e do capitulacionismo reformista perante ela.

PORQUE ESTAMOS CONTRA O VI GOVERNO PROVISÓRIO

Nós somos contra esse Governo reaccionário porque ele é um Governo contra o poder popular um Governo de defesa autoritária do capitalismo. Em nome da «autoridade», em nome do «respeito pela legalidade», em nome da interpretação da «vontade maioritária do povo português», em nome do «pluralismo democrático» onde cabem todos os reaccionários e até fascistas — o poder de Estado irá tentar abafar a expressão organizada da vontade dos trabalhadores, os órgãos de poder popular. É um Governo conduzido e hegemónico pela burguesia na perseguição feroz aos seus inimigos de classe. O MES combate o VI Governo Provisório porque este é um instrumento do capital para impor ao povo trabalhador uma democracia burguesa que, em Portugal, constitui a ponte de passagem para o fascismo.

A cumplicidade do PCP nesse projecto reaccionário é muito clara. Por mais que os dirigentes daquele partido se esforcem por confundir as massas populares com longas dissertações gramaticais sobre o sentido das palavras «coligação», «adversários» e «inimigos», etc., os trabalhadores compreenderam já claramente a natureza conciliatória deste VI Governo e a capitulação do PCP para comprar a entrada na coligação com o PS e com o PPD.

A radicalização de importantes sectores do MFA obrigava o PCP a abandonar a sua estratégia de conciliação de classes, ajustando-se taticamente a cada um dos avanços políticos do processo que os progressistas e revolucionários do MFA em contacto com as massas populares, foram impulsionando. Era o preço da política seguidista que o PCP sempre manteve em relação ao MFA.

Mas esgotado esse processo de radicalização do MFA, na hora das opções definitivas onde cabe às forças revolucionárias dirigirem toda a ofensiva

câmas bem a nossa posição e as divergências que nos separavam do PCP, não poupando energias na crítica ao impasse do reformismo. Procurámos sempre, como procuramos hoje, derrotar o reformismo no próprio terreno da movimentação de massas, a este aspecto subordinando o combate ideológico à volta de questões centrais do movimento comunista internacional.

Debate necessário, é certo, mas que se revela estéril se não for conduzido com base na prática.

O PCP apareceu em 25 de Abril com uma larga tradição de luta na resistência antifascista, prestigiado aos olhos das massas. Estas compreenderam melhor a verdadeira natureza do PCP em oito dias (entrada na FUR, saída da FUR, não ao PS e ao PPD para logo com eles se conluir, etc.) do que em ano e meio de lutas panfletárias e ideológicas sobre a traição do revisionismo aos interesses históricos da classe operária.

Não somos sectários. Por isso a nossa política de alianças baseou-se sempre na análise da correlação de forças de cada momento, da caracterização clara da contradição principal e da aglutinação de todas as forças capazes de contribuírem para a sua superação. Não temos preconceitos ideológicos de «limpeza» que não resultem da teoria elaborada na luta de massas. Assim estivemos com o PCP em pontos essenciais do processo revolucionário, sem medo de nos «sujarmos», mas estivemos também, em momentos distintos, com outras forças políticas, que papagueiam doutrinarmente o marxismo-leninismo, mas que estão ainda longe de compreender a sua verdadeira essência — a análise concreta de cada situação concreta.

Deve dizer-se, no entanto, que a «história» da colagem ao PCP, foi lançada pelo nosso inimigo de classe, a burguesia. Foi Mário Soares quem adiantou pela primeira vez a famosa teoria da nossa satelitização. O que talvez tenha sucedido é que essa ofensiva da social-democracia, que tinha os seus efeitos calculados, tenha tido algum impacto em grupos da pequena burguesia intelectual, sempre dispostas a camuflar no espectáculo do palvreado, a incapacidade que sentem de fazer, pela prática, a verdadeira opção de classe.

O MES E A EXPERIÊNCIA

DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

O MES é uma organização comunista que luta pela revolução socialista como fase para a construção do comunismo. A revolução socialista só poderá ser levada a cabo se for dirigida pela vanguarda de classe organizada, quer na fase da tomada do poder e da destruição do aparelho de Estado burgueses, quer na fase de exercício do poder revolucionário dos trabalhadores e na consolidação da revolução. A classe operária não garante o poder revolucionário sem o exercício de uma ditadura férrea de classe sobre a burguesia, e o capitalismo — a ditadura do proletariado.

O modo concreto do exercício da ditadura do proletariado está para nós intimamente ligado à construção da vanguarda de classe, uma vez que a revolução socialista se não resume à conquista do poder. Inicia-se antes da conquista do poder, a partir do momento em que as massas exploradas e oprimidas tomam como objectivo central da sua luta essa conquista e permanece enquanto dura a ditadura revolucionária do proletariado. Do modo como soubermos construir a vanguarda de classe e apoiada nos órgãos de poder popular e com eles intimamente ligada, ou à margem deles — dependerá fundamentalmente a natureza da ditadura do proletariado: ditadura democrática de classe (democracia proletária) ou ditadura burocrática sobre a própria classe operária.

Desapossada do poder político, a burguesia não perde automaticamente todo o seu poder. Per-

manecendo a ideologia burguesa, certas formas de produção capitalista, aspectos da lógica da organização capitalista da produção, e da sociedade, a necessidade da manutenção de quadros técnicos burgueses e as limitações impostas pelo sistema imperialista, continuam abertas as hipóteses de restauração do capitalismo.

A conquista do poder pelos trabalhadores, sob a direcção da classe operária, visa, deste modo, a destruição da dominação burguesa e do seu aparelho de Estado, através da dominação proletária, da ditadura do proletariado, que se afirma por meio da edificação de um Estado de tipo novo e representa uma ditadura sobre a burguesia.

A caminhada para o comunismo não é possível sem uma profunda revolução cultural que vá liquidando todos os efeitos de anos e anos de dominação ideológica da burguesia. A sociedade comunista não é edificável num só país, antes pressupõe o esforço concertado dos trabalhadores de todo o mundo através de uma real e actuante solidariedade, do internacionalismo proletário, que não é uma mera afirmação moral da solidariedade de classe, mas uma necessidade histórica na luta do proletariado até à sua emancipação completa.

O MES é uma organização comunista de vanguarda, guiada pelos princípios do centralismo com garantia da democraticidade interna, fomentando a participação criadora de todo o Movimento na definição e aplicação da linha política dentro do cumprimento rigoroso da disciplina revolucionária. A política da crítica e da autocritica revolucionárias e a educação com a prática são medidas que adoptamos no sentido de reforçar a unidade e coesão organizativas, combater os vícios pequeno-burgueses do liberalismo e individualismo, com repúdio pela aplicação alargada de medidas administrativas. A disciplina revolucionária, assim entendida, é para nós, uma condição indispensável para a sobrevivência de uma organização revolucionária em todas as situações de luta.

O MES É UMA COMPONENTE INDISSOCIÁVEL NO PROCESSO DA OFENSIVA POPULAR VITORIOSA

É pelo prosseguimento rigoroso deste caminho que o MES contribui, hoje como ontem para que a resposta à ofensiva da burguesia seja rápida e poderosa. Ela terá que assentar numa ampla ofensiva de massas em torno da defesa e alargamento dos órgãos de poder popular, da defesa das conquistas da classe operária e das massas trabalhadoras, contra o fascismo, a social-democracia e o imperialismo. A revolução tem que ser levada por diante e só as massas populares, com a classe operária à cabeça, poderão conduzi-la à vitória.

A ofensiva social-democrata destruiu o MFA, saneia os oficiais progressistas e revolucionários dos órgãos de decisão, prepara-se para restaurar o velho exército colonialista. Ao mesmo tempo, impõe um Governo de defesa autoritária do capitalismo.

Temos, pois, que saber unir, em torno de um programa de unidade revolucionária todos os verdadeiros revolucionários deste País. Temos que desencadear todos os esforços no sentido do reforço, generalização e coordenação dos órgãos de poder popular. Temos que saber unir os oficiais revolucionários à organização autónoma dos soldados e marinheiros, aos operários, aos camponeses, aos pescadores, a todos os trabalhadores, avançando sem hesitação na formação de assembleias populares. Teremos que criar rapidamente as condições para a formação de um Governo de unidade revolucionária que se mantenha no poder até à criação da Assembleia Popular Nacional.

PARA LEVAR A OFENSIVA POPULAR À VITÓRIA

SETÚBAL-em marcha o poder popular

A organização dos trabalhadores surge como resposta a cada golpe da burguesia; assim se justifica o aparecimento do Comité de Luta de Setúbal no dia 30 de Setembro quando da ocupação das estações emisoras e da RTP por forças militares às ordens de Pinheiro de Azevedo.

Os trabalhadores nas fábricas e os moradores nos bairros, depois de reunidos em plenários para discussão da situação, dirigiram-se massivamente ao quartel R.I.S. para conjuntamente com os trabalhadores fardados tomarem uma decisão como a situação impunha.

Estão inseridos dentro dos objectivos: a mobilização necessária a dar, a resposta imediata a todas as provocações da burguesia e a dinamização a curto prazo da Assembleia Popular de Setúbal.

SAPEC

Conversámos com elementos da Comissão de Trabalhadores da Sapec. Produtora de adubos, rações e pesticidas, esta fábrica insere-se num sector básico para o desenvolvimento da economia e da agricultura.

Quisemos saber como estão os trabalhadores organizados e que esforços têm sido feitos no sentido de alterar a lógica (capitalista) de funcionamento da empresa e do sector.

CONTROLO OPERÁRIO E REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR

Acerca de formas de controlo operário — informa-nos um dos elementos — embora tal não esteja ainda minuciosamente organizado, ele existe. Um dos aspectos mais importantes porque se manifesta é o controlo sobre saídas de dinheiro, visto que a empresa é de capital belga.

Ainda em Junho retivemos a administração durante uma semana, evitando a saída de onze mil contos.

Por outro lado, há esforços conjugados entre as CTs das cinco empresas adubeiras, com vista à resolução dos problemas existentes e à reestruturação do sector.

Como primeiro passo da reestruturação do sector tinham os trabalhadores proposto a nacionalização. O

Governo deixou de fora a SAPEC por ser de capital estrangeiro. Mas isso não nos tem impedido de colaborar com os trabalhadores das outras quatro empresas nem de responder decididamente às várias manobras que a administração tem tentado.

Os trabalhadores da SAPEC, como a classe operária em geral, têm consciência de que os seus problemas só se resolverão pela sua própria iniciativa.

E estão também conscientes da importância de unir as lutas de todos os explorados, dando todo o apoio aos trabalhadores rurais, classe que sempre foi das mais exploradas e que hoje luta contra o capitalismo, por melhores condições de vida.

Assim, ainda no dia 15 fizemos uma manifestação a Lisboa, exigindo medidas, já que os armazéns estavam cheios, os camponeses sem adubos e nada se resolvia. Neste momento já a produção está a ser escoada a ritmo normal.

AS MANOBRAS DA ADMINISTRAÇÃO BELGA

A Administração, mais in-

teressada em manter o elevado valor de lucros do que em colaborar com a luta dos camponeses pela Reforma Agrária, apresentou em princípios de Agosto um projecto de reestruturação da SAPEC segundo o qual passaríamos a produzir totalmente para exportação. Havia um contrato com uma empresa ameri-

vista que os adubos e rações são insuficientes para as necessidades nacionais.

Dada a nossa recusa, a administração tentou ainda nova manobra; pretendeu alterar a produção para tipos de adubos que só serviriam para exportar. A isto os trabalhadores da SAPEC responderam pondo

forço ao trabalho desse comité de luta, o nosso interlocutor considerou que iniciativas deste género têm importância decisiva no actual momento político.

«O programa do Comité, a que aderimos totalmente, consiste na tomada do Poder sob a direcção da classe operária. Deste modo é decisivo que se avance na



cana que forneceria toda a matéria-prima o escoaria todo o produto.

Isto para os trabalhadores até poderia ser vantajoso, pois resolveria todos os problemas de emprego e de mercados.

Mas os trabalhadores da SAPEC estão empenhados no processo revolucionário português, e não aceitam produzir para o estrangeiro

em prática o plano de produção nacional.

PODER POPULAR E TOMADA DO PODER

Finalmente, pretendemos saber qual a posição da CT da SAPEC acerca do Comité de Luta de Setúbal, de cujo secretariado fazem parte.

Começando por lamentar o excesso de trabalho que nem sempre tem permitido àquela CT dar todo o es-

organização, criando as condições para a tomada do Poder. Este «criar de condições» põe-se ao nível do Poder Popular, do alargamento e coordenação entre CT, CM e C. de Soldados. É dentro desta perspectiva que assume decisiva importância o Comité de Luta de Setúbal, como forma de desenvolver o Poder e organização dos trabalhadores, com vista à tomada do Poder.»

SETUBALENSE



O trisemanário «Setubalense» encontra-se neste momento ocupado pelos trabalhadores, saindo sob a sua inteira responsabilidade. Falámos com trabalhadores deste jornal, que nos explicaram como se viram obrigados a tomar esta decisão e nos falaram dos seus projectos de acção futura.

«Até ao 25 de Abril nunca este jornal teve problemas financeiros, já que o capitalista Carlos Bordalo Pinheiro o financiava com o dinheiro que retirava das raças de Angola e do petróleo.»

«À frente da redacção e administração estava um indivíduo da sua confiança — Guilherme Figueira — que se foi embora devido

à movimentação dos trabalhadores contra ele.»

O JORNAL DO CASO REPÚBLICA

A situação agravou-se quando, na altura do conflito entre os trabalhadores do «República» e os patrões P. S., estes pretendiam fazer aqui o jornal do caso «República».

Foi tudo feito à noite, em segredo, tendo o patrão trazido linotipistas de Lisboa (utilizou dois tipógrafos da casa). Deste modo os trabalhadores do «Setubalense» só no dia seguinte de manhã se aperceberam de que algo de estranho se passava. Visto que se tratava de um jornal anti-operário contra os camaradas do «República» de Lisboa, os trabalhadores não permitiram a sua saída.

Os elementos do P. S. ainda conseguiram roubar as provas, o que lhes permitiu posteriormente passá-las para «off-set», tendo feito o seu pasquim noutro lado.

Foi, muito significativamente a partir deste episódio, que começou a faltar o dinheiro para os ordenados.

OS FALSOS SOCIALISTAS SÃO CONTRA A LIBERDADE

O Bordalo era um entusiástico adepto do P. S. que tinha como única tarefa no «Setubalense» censurar os artigos.

A certa altura alegando a necessidade de «abrir o leque» tentou admitir cinco novos redactores, todos do P.S. Costumava afirmar que o jornal estava muito

à esquerda...

Os trabalhadores não viram necessidade de reforçar a equipa de redacção, tendo-se oposto, razão porque os P. S.'s não entraram.

Mas o Bordalo voltou à carga. Afirmava que só haveria dinheiro se os trabalhadores concordassem em fazer um jornal como ele queria. Ao mesmo tempo exigia o saneamento de dois elementos da redacção (seriam os seus escritos pouco «pluralistas») e insistia em que o jornal devia defender as teses do P. S., o que até permitiria, segundo ele, aumentar a tiragem.

Apresentou esta ideia em plenário, o que deu origem ali mesmo, à formação do Frente de Luta constituída por todos quantos não aceitavam tais imposições, o que representava a quase totalidade dos trabalhadores.

A LUTA DO «SETUBALENSE» ALARGA-SE A SETÚBAL

No dia 16, no decurso de uma manifestação de apoio às unidades progressistas, uma trabalhadora do «Setubalense» fez uma intervenção em que denunciara a situação existente. No jor-

nal seguinte saiu a reportagem com a intervenção integral dessa trabalhadora. Imediatamente o Bordalo passou a querer saneá-la também a ela.

Face a esta nova atitude reaccionária, os redactores, que nem sindicato tinham, dirigiram-se ao Comité de Luta de Setúbal a denunciar a situação.

A indignação foi geral, bem como o apoio à luta dos trabalhadores. Decidiu-se aí mesmo a ocupação do «Setubalense». Ocupou-se desde logo a redacção, tendo-se realizado um plenário de manhã (com as comissões de trabalhadores e moradores presentes mas sem votar).

Os trabalhadores decidiram:

— ocupar o «Setubalense» na sua totalidade;

— sanear o capitalista-fascista Bordalo Pinheiro;

— a saída do jornal à responsabilidade dos trabalhadores.; (todas estas decisões foram tomadas por unanimidade).

AO SERVIÇO DO PODER POPULAR

Quanto ao que o «Setubalense» será, no futuro, dizem-nos os trabalhadores:

«Foi o Poder Popular de Setúbal que ocupou o «Setubalense». Os trabalhadores pretendem pôr o seu esforço e o seu trabalho ao serviço dos órgãos de Poder Popular, não só de Setúbal, como de todo o lado. Até este momento temos tido todo o apoio das C. R. e C. M., que se têm encarregado da venda do jornal nos bairros e nas fábricas. Isso é para nós uma grande vitória, que já nos permitiu atingir uma venda de 10 000 exemplares (antes a tiragem era de 3500).»

«Temos uma linha que é a do apoio e desenvolvimento do Poder Popular e não a de qualquer partido.

Isso tem-nos permitido ser o apoio de todos os partidos progressistas o que nos dá uma grande satisfação.

O que pretendemos é que o «Setubalense» se torne um órgão das C. T., C. M. e C. de Soldados.»

«Do VI Governo apenas esperamos que não nos chateiem e não nos reprimam. Daí não esperamos nem pedimos qualquer apoio. O apoio que queremos, e que não nos tem faltado, é o das massas trabalhadoras, dos soldados e de todos os explorados desta terra.»

na UNITAS trabalhadores não recuam

A UNITAS é uma fábrica de conservas, em Setúbal, que emprega cerca de uma centena de pessoas. Pertence a uma empresa que tem também fábricas em Orlhão e Matozinhos.

O patrão queixava-se de prejuízos alegando falta de encomendas por parte dos países para onde a maior parte da produção era escoada. Com base nisto, deixou a certa altura de pagar os salários. A situação era desesperada. A fábrica parecia condenada a fechar, representando o desemprego para toda aquela gente.

Mas os trabalhadores, não se venderam a estas «facilidades» da organização capitalista. Organizaram-se, foram para a luta, ocuparam a fábrica mantendo-se a produzir e exigiram intervenção estatal.

Não estavam dispostos a permitir que o capitalismo, depois de os explorar desenfreadamente durante anos e anos, os lançasse agora no desemprego e na miséria.

Hoje — afirmou-nos um trabalhador — a empresa está a trabalhar em pleno. Obtivemos um empréstimo e conseguimos resolver alguns dos problemas mais urgentes.

Até admitimos mais 22 mulheres!

Nós perguntamos: se os trabalhadores tivessem aceitado passivamente o que lhes dizia o patrão, teriam hoje emprego?

É lutando pelos nossos interesses, não nos deixando esmagar que faremos avançar o processo revolucionário e iremos resolvendo os nossos problemas.

Obriguem os capital a pagar a sua própria crise!

Respondamos decididamente a cada manobra dos capitalistas!

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

FARO — ocupação do governo civil

As manobras que as forças de direita, chefiadas pela social-democracia, vêm desenvolvendo no sentido de travar e reprimir tudo o que seja auto-organização dos explorados, tudo que aponte na via do Poder Popular, mais uma vez não passaram sem a resposta das massas trabalhadoras e dos revolucionários.

Desta vez foi em Faro...

É um processo que o nosso jornal tem vindo a informar: O P.S. não gostava nada de ver no cargo de governador civil quem, por pouco que fosse, incentivasse e desse o seu apoio à construção do Poder Popular. A provocação do P.S. há muito que era clara: tratava-se de lá pôr alguém da sua confiança (se não «socialista», ao menos que fosse um seu irmão de luta — um pépêde ou um cêdêesse).

E, com a hegemonia que exerce quer o VI Governo quer o «Conselho da (contra) Revolução» «fácil lhes foi colocar um «chucha» — Almeida Carrapato — e demitir o anterior governador civil.

As Comissões de Traba-

lhadores e de Moradores do distrito é que não «ouvirem e calaram!» Imediatamente se reuniram e convocaram para domingo, uma manifestação.

A manifestação, uma das maiores que Faro conheceu, terminaria junto do governador civil onde o nosso camarada José Manuel Raimundo (membro do SORAL) usou da palavra.

APRENDER COM AS VITÓRIAS — APRENDER COM OS ERROS.

Perante as palavras de ordem «Carrapato não, Poder Popular sim!», «as ordens dos fascistas não se cumprem» — «Daqui ninguém arreda pé», e com o apoio dos militares presentes, as massas trabalhadoras, não hesitaram em ocupar aquilo que lhes deve pertencer — o governo civil. Na presença do comandante do RIF (Regimento de Infantaria de Faro), foi eleita uma comissão de luta integrada por representantes das CTs e CMs, da união dos sindicatos, da F.U.R. e do P.C.P., que mais

tarde distribuía um comunicado onde afirmava:

«A manifestação decorreu com a maior disciplina revolucionária e terminou em frente ao governo civil. No fim, e no seguimento de um incontestável movimento dos manifestantes, estes entraram no edifício, ocupando-o.

«A ocupação está a fazer-se na melhor ordem, e com respeito absoluto pelo conteúdo do edifício que pertence ao Povo. Constituiu-se um «comité» de luta em assembleia.

Os trabalhadores e moradores presentes no governo civil de Faro pretendem assim manifestar o seu repúdio pela substituição do governador civil, exigir do VI Governo que o governo civil de Faro seja ocupado por quem dê garantias de apoiar o desenvolvimento do Poder Popular e denunciar a política direitista do VI Governo Provisório. Pelo avanço do Poder Popular. O Comité de Luta».

Acto imediato, o P.S. faz sair um comunicado em que apelidava de «bandoleiros e energúmenos», os

ocupantes, e começa a mobilizar as forças sociais-democratas e fascistas com o fim de «restituir as liberdades ameaçadas»...

A 1.ª vitória que se tinha materializado na grande manifestação realizada e na ocupação do governo civil, impunha-se, por parte das forças progressistas e revolucionárias, consolidar essa ocupação, e saber medir a força do inimigo. Nêm todas as forças presentes compreenderem a importância disso e, mais tarde, veio-se a pagar caro esse erro, tendo sido desocupado o edifício.

A 1.ª grande vitória não se somou uma segunda, mas um forte aviso dos trabalhadores do Algarve ficou dado — as provocações sociais-democratas receberam uma firme resposta!

E nos avanços e recuos, nas vitórias e nas derrotas, com os erros e as táticas correctas que a classe operária e os seus aliados se vão formando e organizando para a vitória final!

PENICHE — controlar a produção / distribuição



No Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul candidataram-se às eleições para os corpos gerentes das duas listas.

Lista A:

Proposta pela direcção cessante, responsável pelos últimos contratos dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário e projecto de contrato das Lavandarias e Tinturarias, assim como por um projecto para a reconversão do sector e controle operário da produção, conhecido por «Documento de Ofir».

Esta lista tinha como sigla as seguintes palavras de ordem:

«Por um Sindicato Forte Combativo e Controlado por todos os Trabalhadores»; «Pelo Poder Popular»; «Pelo Controle Operário da Produção»;

Lista B:

Proposta por 453 sócios e sob as palavras de ordem:

«Unidade de Todos os Explorados na Luta Contra o Capital»; «Pela Democracia Operária»; surge unicamente nesta fase eleitoral do Sindicato como oposição sistemática à direcção. Caracterizou-se por um projecto extremamente recuado, reformista, economicista e utilizou na campanha eleitoral, como principal processo de crítica, a calúnia à actuação da direcção e o ataque pessoal, nomeadamente à figura do presidente da direcção a quem chamou de «controlleiro e manipulador de reuniões».

A lista A saiu vencedora com cerca de 80 por cento dos votos expressos numa eleição facilmente concorrida.

A PROPÓSITO DAS ELEIÇÕES NOS TÊXTEIS carta de um grupo de operários têxteis da zona de moscavide

No passado dia 25 tiveram lugar as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e vestuário do Sul tendo a lista A, proposta pela anterior direcção, obtido 80 por cento dos votos.

Mais importante que o número de votos que cada uma das listas concorrentes obteve, foi a chamada de atenção para a existência do «Documento de Ofir»

De facto, e apesar da importância das suas propostas e decisões, só agora um número alargado de trabalhadores dos têxteis, lanifícios e vestuário do Sul deu conta da existência de um pro-

jecto para a reconversão do sector aprovado pelos dirigentes sindicais já lá vão três meses.

Na realidade nunca foi lançada nenhuma campanha de discussão da situação real do sector em que trabalhamos, por forma a que todos nós pudéssemos colectivamente encontrar as formas de luta que obrigassem o Governo a tomar as medidas que se impõem face à situação de crise que o sector atravessa.

Na realidade, camaradas, face ao abandono e fuga de muitos patrões, face aos milhares de despedimentos de camaradas nossos, não temos um programa de luta glo-

bal que unifique as lutas que isoladamente travamos nas fábricas e oficinas

É precisamente a falta desse programa de luta global que nos faz estar a pagar com despedimentos maciços a reconversão que o capital está a tentar levar a cabo através do encerramento de várias fábricas e oficinas e do não cumprimento dos contratos colectivos acordados.

Impõe-se, portanto, que apoiados nas comissões de Trabalhadores e em conjunto com o Sindicato encontremos as formas de luta que obriguem os patrões a pagarem a crise que eles

próprios provocaram

Impõe-se camaradas, que avancemos decididamente numa ligação efectiva com os camaradas das diferentes fábricas da nossa zona.

Impõe-se camaradas, que obriguemos o Estado a criar uma empresa que centralize todas as encomendas, para depois serem distribuídas de forma a garantirem trabalho a todos nós.

Impõe-se que façamos o controle operário da produção como forma de afirmarmos o nosso poder na fábrica, o poder de dizermos não à sabotagem, o poder de mantermos as fábricas a laborar e sem terem como objectivo o lucro.

TODO O PODER AO MPLA!

Comunicado do Secretariado da FUR

1. Pela boca de Melo Antunes, na ONU, o VI Governo Provisório reafirmou a sua política em relação a Angola: reconhecimento dos três movimentos como legítimos e iguais representantes do povo angolano, tentativa de conciliação entre eles, e no caso de esta falhar, entrega da questão à ONU. Como o MPLA já tornou claro que não se sentará à mesa com os fantoches da FLNA e da UNITA, pode dar-se como certo que o VI Governo vai promover a internacionalização do conflito, continuando a defender que se trata de movimentos rivais que entre si disputam o poder. Ao fazer isto, não faz senão reconhecer ao imperialismo o direito de intervir na luta de classes em Angola.

Esta política criminosamente não surpreende ninguém: ela não podia ser outra, porque é esta política que serve os interesses daqueles de quem o Governo depende e às ordens de quem está: **o imperialismo americano e o sub-imperialismo europeu.** As pressões de Ford e de Giscard bem se fazem sentir. Mas elas até nem seriam necessárias: porque a mesma é logicamente a política do PPD, do PS e das forças direitistas das Forças Armadas, que dominam as instâncias do Governo e do MFA.

A acirrada defesa dos acordos de Alvor — sistemática e impunemente violados pela FNLA, declarados suspensos pelo próprio Governo Português, e mais do que ultrapassados pelas realidades — não se baseia evidentemente em qualquer sacrossanto respeito por compromissos internacionais: é uma atitude política deliberada a favor dos movimentos fantoches FNLA e UNITA que, não dispendo de qualquer apoio popular, serão inevitavelmente derrotados, apesar dos enormes apoios externos de que vivem.

A recusa reiterada da transferência de poderes para o MPLA na data da independência, o qual

controla e reconstrói, com o apoio popular, quase todo o território angolano, não se deve ao facto de algumas zonas deste estarem ainda nas mãos dos pseudo-movimentos: é uma atitude política destinada a defender os interesses imperialistas em Angola, e que seria em qualquer caso tomada, mesmo que o MPLA dominasse já todo o país.

2. Esta atitude põe a nu, por outro lado, a tão apregoadada exemplaridade da descolonização portuguesa.

A resolução relativamente rápida e pacífica dos processos de descolonização na Guiné/Cabo Verde e em Moçambique, foi o resultado inenunciável do poder dos respectivos movimentos de libertação e da recusa dos soldados do exército colonial em continuarem a morrer. Estes factos não consentiram qualquer espaço de manobra às ambições neo-coloniais, que nunca deixaram de estar representadas nas instâncias do poder político-militar portuguesas após o 25 de Abril.

Os verdadeiros testes da descolonização foram os chamados casos complexos — Timor e sobretudo Angola — onde os movimentos de libertação (FRETILIN e MPLA), mercê de condicionais geo-políticos particularmente desfavoráveis, tinham pela frente organizações fantoches a soldo do imperialismo. Aqui, assim, teria havido oportunidade para afirmar uma eventual exemplaridade, que só seria possível se existisse um poder revolucionário no nosso país dirigindo todo o processo de descolonização. **Tal exemplaridade seria deste modo caracterizada numa aliança com os movimentos de libertação contra as forças do imperialismo,** e teria diminuído consideravelmente os custos humanos e materiais que os povos de Timor e Angola estão a pagar no seu combate por uma independência real e completa.

Não teria sido possível a invasão do Norte de



Angola pelo Zaire, nem o regime de caos e de terror instaurado pela UNITA no planalto, nem a invasão de Timor por forças a soldo da Indonésia. Igualmente teria sido muito menor o êxodo das centenas de milhares de retornados.

É pois preciso que fique bem claro: o sangue que tem corrido em Angola e Timor e que correrá ainda, as destruições materiais, o drama dos retornados não se devem às chamadas lutas entre movimentos rivais: **eles devem-se em grande parte à política pró-imperialista dessenvolvida a nível do poder político-militar em Portugal e nas colónias, cujos responsáveis não estão todos no exílio, como Spínola, mas estão até instalados nas cadeiras do Governo**

3. Por outro lado, a invocada justificação da não ingerência nos assuntos internos de Angola é uma falsidade.

O povo angolano, pelo menos desde 4 de Fevereiro de 1961, optou pelo MPLA. Optou pelo MPLA do mesmo modo que os povos do Guiné/Cabo Verde optaram pelo PAIGC, o povo de Moçambique pela FRELIMO, o povo de Timor pela FRETILIN; do mesmo modo que os povos do Vietnam e do Camboja optaram pelos movimentos de libertação que os levaram

à vitória sobre a agressão imperialista.

No seio de todos estes povos o imperialismo criou organizações fantoches, dotados de poderosos meios e de muito dinheiro, e que em certos casos e em certos momentos lograram dividir e confundir o povo.

Mas perante estas organizações fantoches os verdadeiros revolucionários de outros países nunca hesitaram: eles sempre souberam distinguir os movimentos que exprimiam as aspirações nacionais e os interesses das massas populares, daqueles que encobriam interesses estrangeiros.

Quem hesita, quem diz que não pode escolher, invocando uma falsa neutralidade, faz o jogo do imperialismo.

4. Não será a recusa do actual Governo Português e do Conselho da Revolução em transferir os poderes para o MPLA no dia 11 de Novembro que irá impedir este movimento de assumir as **responsabilidades históricas que lhe cabem no momento da independência**

Mas essa recusa, tal como a política anterior de que é o prolongamento, está o povo angolano a pagá-la bem caro, numa luta heróica e imparável pela libertação e unificação do território nacional.

Igualmente a pagá-la

bem caro estão os trabalhadores portugueses fixados em Angola, muitos deles agora retornados. Na verdade, se a política do Governo Português tivesse consistido em reconhecer o MPLA como único movimento de libertação e toda a acção se tivesse orientado para a transferência de poderes para esse movimento, teria sido possível a esses trabalhadores continuarem a exercer a sua profissão em Angola e a questão dos retornados teria assumido aspectos bem diferentes.

É verdade que, assim como os combatentes dos movimentos de libertação das ex-colónias nunca confundiram os colonial-fascistas com o Povo Português, assim também o povo angolano não confundirá os sociais-democratas pró-imperialistas no poder com o mesmo Povo Português. As lutas de ambos os povos são neste momento de uma solidariedade, mais do que em qualquer outro momento, bem transparente e efectiva. **Em Portugal como em Angola, jogam-se lutas decisivas, pelo Poder Popular contra o poder do capital.**

A luta pelo reconhecimento da independência de Angola, a luta pela so-

lidariedade com o MPLA, faz parte da luta que o povo trabalhador de Portugal, os operários, camponeses, soldados e marinheiros travam contra os ataques desesperados da burguesia.

Essa luta tem de reforçar-se desde já, por forma a impedir qualquer golpe traiçoeiro contra os combatentes do MPLA nas vésperas da independência. Especialmente nos quartéis toda a vigilância é necessária impedindo quaisquer tentativas de embargue para Angola.

Essa luta insere-se finalmente numa prática internacionalista que tem de ser assumida cada vez com maior vigor no quadro da grande ofensiva popular que cresce no nosso país, contra a social-democracia e o imperialismo.

Há que exigir a transferência de poderes para o MPLA na data da independência

Há que exigir o regresso imediato das tropas portuguesas.

Há que exigir a entrega de todo o material militar português ainda existente em Angola ao MPLA.

Em Portugal, como em Angola, agora, mais do que nunca,

**A VITÓRIA É CERTA!
UNIDOS VENCEREMOS!**

objectivos tácticos e estratégicos de luta nas escolas

O combate nos aparelhos escolares

Assumindo a subalternidade histórica da luta de classes nos aparelhos escolares e verificando a ausência ao longo de todo o processo aberto desde 25 de Abril de um eixo objectivo de luta que unifique os estudantes e professores revolucionários para o campo da classe operária e todos os explorados e oprimidos (eixo que antigamente era assegurado pela guerra colonial), e face ao avanço das forças reacçãoárias no nível das escolas, é necessário contribuir para uma definição rigorosa dos objectivos da luta revolucionária nas escolas, que se unifique à luta dos traba-

lhadores. Assim: — Definimos como objectivo estratégico (longo prazo) a integração da escola no processo produtivo e o fim da sua função reprodutora da divisão do trabalho manual e intelectual e hierarquias sociais, bem como a integração no exército popular e revolucionário.

Definimos como objectivos tácticos (médio prazo) o controle popular sobre os aparelhos escolares bem como a sua transformação generalizada, até atingir a sua fase última (objectivo estratégico).

CONTROLE POPULAR SOBRE AS ESCOLAS

O controle popular sobre os aparelhos escolares como via para a sua transformação socialista assenta fundamentalmente na intervenção exterior das forças do poder popular e do avanço no global do processo revolucionário, intervenção exterior que será articulada com a hegemonia na escola dos elementos revolucionários enquadrados numa política de Governo revolucionário e de Revolução cultural.

aliás o tem em relação aos órgãos do poder operário e popular.

O controle popular sobre o ensino é o suporte fundamental para a transformação completa deste sector. Dois níveis se podem detectar neste controle:

— Aquele que nasce da ligação às comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia e assem-

A UTILIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA PELAS MASSAS DOS CENTROS DE SABER

— Na ligação da escola à comunidade e consequente prestação de serviços como forma determinante da inserção dos estudantes e professores no processo de transformação social, pelo fim à distinção entre trabalho manual e intelectual.

— Na participação da escola em processos sociais

determinantes (controle operário e Reforma Agrária).

— Cursos para trabalhadores.

— Alfabetização, animação cultural.

— Apoio a lutas concretas dos trabalhadores (greves, ocupações, assembleias populares, etc).

A ALTERAÇÃO DA PRÁTICA SOCIAL DA MASSA ESTUDANTIL

A alteração da prática social da massa estudantil advém da natureza do plano de estudos que integre as actividades acima descritas e das formas organizativas da escola que os tornem eficazes e sistematizados (através do Departamento de Extensão Universitária).

A prática social não se pode nunca alterar por um acto de vontade e no caso das escolas terá de se basear no poder político revolucionário e na ligação ao funcionamento da escola.

O Plano de Estudos deve pois preencher as seguintes condições:

essa ligação actualmente, pois que não restam dúvidas, que nesta fase o realismo das propostas é algo de fundamental. Seria extremamente difícil conceber esta ligação, neste momento, como a prática generalizada do trabalho produtivo por parte dos estudantes por períodos ou em tempo parcial, o que leva a definir esquemas mais recuados da ligação entre a escola e o trabalho. Esses esquemas poderão ser:

a) mobilização geral de sectores do aparelho educativo (todas as universidades ou alguns sectores universitários) em tarefas revolu-

A NECESSIDADE DE UM PLANO DE ESTUDOS PROGRESSISTA E REVOLUCIONÁRIO E O DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A questão das transformações da escola não pode assentar somente em meros actos voluntaristas, mas tem de decorrer de uma análise materialista das próprias condições sociais concretas de existência das massas estudantis e dos professores. Isto é nunca será possível exigir, por uma dinâmica interna a escola, que os estudantes e professores se demitam das suas funções de estudo e recusem colectivamente toda a função

que a escola cumpre... A transformação pelo contrário, para ser viável, tem de assentar no quotidiano escolar grande parte das suas raízes.

É nessa base que se impõe um Plano de Estudos progressista e revolucionário que permita a mobilização permanente das massas estudantis face à escola e às necessidades do processo revolucionário.

Assim é necessário, como prática de estudo, abandonar-se as simples leituras e "cópias" dos marxistas e clássicos para se ir ao encontro da realidade concreta da classe operária e do povo trabalhador, e aí fazerem-se estudos descritos e analíticos dos processos de luta operária, monografias, ou ainda prestando auxílios técnicos aos trabalhadores em luta.

Ao analisarmos o funcionamento de seminários ou universidades livres, verifica-se a quase impossibilidade de integração dos conhecimentos devido a uma concepção incorrecta da integração do estudo: o conhecimento não se pode adquirir integralmente num seminário, sem confrontação com os problemas e as questões concretas. A integração meramente no plano teórico não resulta, pois é feita na teoria e não é "experimentada", ficando só por leituras e discussões. Ora, no confronto do estudo com a prática concreta dá-se um salto qualitativo no tipo de papel social dos estudantes e professores que, deixando de ser simples "caabeças cheias de conhecimentos e de leituras", se podem tornar em agentes activos da transformação (o que se trata não é de interpretar o mundo, mas de o transformar).

Para tanto avançar-se-ão

a formação de universidades livres para aquisição de conhecimentos base e o funcionamento de uma universidade livre central, onde o estudo seja concreto (aplicado) e ligado aos problemas reais da formação social portuguesa, problemas que dizem respeito ao processo de transformação levado a cabo pelos explorados e oprimidos nos seus locais de trabalho e que tenham utilidade para o desenvolvimento das suas lutas, quer para a formação económica e política da massa estudantil.

Para evitar a fluidez organizativa dos trabalhos será necessário criar uma estrutura fora do controlo do MEIC que coordene as iniciativas das turmas e dos grupos de trabalho e, simultaneamente, os pedidos que as massas solicitem à escola. A estrutura organizativa suporte dessa ligação será o Departamento de Extensão Universitária.

O Departamento de Extensão Universitária será uma estrutura controlada pelos estudantes e professores progressistas, e progressivamente pelos órgãos de poder popular, e terá por funções:

— receber, coordenar e dirigir todos os pedidos de estudo que as massas populares solicitem à escola, classificá-los e enviá-los para os cursos para ser matéria de estudo na central;

— dinamizar e controlar o processo de investigação dos profs. subordinando os centros de investigação às necessidades concretas das massas populares e do processo revolucionário e não ao sabor dos interesses: "culturalistas" da reconversão capitalista da economia portuguesa;

— preparar cursos para trabalhadores e fazer a ligação com as diversas comissões de trabalhadores interessadas;

— apoiar materialmente os trabalhos de estudo feitos por estudantes e profs. no exterior (fábricas, zonas industriais, zonas da Reforma Agrária, gestão de unidades de produção ou distribuição controladas pelos trabalhadores).

— colaborar em processos de alfabetização e animação cultural junto dos poderes populares (civis e militares).



Face a esta questão duas posições e perspectivas importa combater: aquela que acredita na transformação "democrática" das escolas, e não admite o objectivo estratégico da destruição do aparelho de Estado capitalista e que sobrevaloriza a questão dos "técnicos socialistas" (Reforma Geral e Democrática do Ensino); e aquela que tem do processo de transformação das escolas, uma ideia linear e golpista que tudo resolve no momento seguinte à tomada do poder, e que antes e depois do 25 de Abril nunca definiu objectivos intermédios de luta e que tem uma perspectiva meramente partidária e sectária do controle popular sobre as escolas, como

bleias populares locais;

— Aquele que nasce do alargamento e unificação nacional do poder popular — a Assembleia Popular Nacional — o que, por conseguinte, terá de ser o organizador dos mecanismos de aprendizagem na fase da construção do socialismo.

O caminho desde já possível para se atingir o controle popular (que só é possível com a tomada do poder político por um Governo revolucionário) passa por objectivos imediatos de que importa lançar os fundamentos e que se definem como: a utilização revolucionária pelas massas dos centros de saber e a alteração da prática social da massa estudantil.

a) — Tratar a questão da aprendizagem e do seu método. Onde se levanta a necessidade da introdução a todos os níveis, da prática e da análise marxista e da sua metodologia e a necessidade de uma redefinição da articulação entre os conhecimentos globais e especializados. Onde se levanta a necessidade de planificar esse estudo ao longo do curriculum escolar.

b) — Tratar a questão decorrente da primeira e que se pode definir como a ligação da escola ao processo de transformação social e desde logo convém fazer uma distinção entre o que deve ser essa ligação no futuro, ou seja no processo de construção do socialismo e o que pode ser

concretas (alfabetização, por exemplo) com a participação das escolas e dos estudantes na agitação e animação cultural e política das zonas onde estão inseridos; a participação localizada de determinados cursos em processos sociais importantes (Reforma Agrária, controle operário).

c) — A terceira questão, que só será realizável conjuntamente com as anteriores, situa-se no campo da dinamização política e organizativa das massas estudantis, de forma a que elas formam as estruturas revolucionárias que se possam funcionar como as interlocutoras da escola face às estruturas do poder popular.

RASP — A LUTA CONTINUA

SOLDADOS EM LUTA



Jornal dos Soldados em luta no RASP-N.º 2-23 Out. 1975

O que foi a nossa luta no RASP

Camaradas:

Os acontecimentos do fim-de-semana no Porto devem levar-nos a pensar um pouco e a aprofundar a nossa reflexão sobre o significado da luta no RASP. Temos que, serenamente saber fazer um balanço e retirar as conclusões necessárias para **saberemos avançar sem hesitações para novas formas de luta**. Uma conclusão fundamental para todos nós militares que não participámos pessoalmente na luta do RASP, é a da necessidade de fazer repercutir em todos os quartéis do País os efeitos dessa luta. Daí, a importância fundamental do apelo dos nossos camaradas do RASP à formação de comités de apoio à luta do CICAP/RASP em todas as unidades e cujo objectivo fundamental será, por um lado, desencadear acções de solidariedade militante para com os camaradas do RASP alvos de repressão.

E por outro lado organizar acções ofensivas dentro dos quartéis que levem à expulsão dos reacçãoários e que criem condições para a eleição democrática de comissões de soldados.

Uma outra lição a tirar será a traição das forças reformistas que desde o boicote a luta, permitindo que se saísse do RASP sem uma clarificação das condições de saída, até ao boicote aberto à mobilização para o plenário de sexta-feira passada no RASP, e a tentativa de submeter os objectivos da luta aos objectivos do projecto reformista, com a recomposição do Governo Provisório e do Conselho da Revolução. Daí as palavras de ordem «Mais revolucionários para o Conselho da Revolução», «Leis do V Governo, cá para fora», etc. Quanto à questão é que, nem CR, nem V nem VI Governos poderão (porque são órgãos de conciliação de classes) resolver os problemas dos trabalhadores e dos soldados.

ISMOS DE CLASSE



Um exemplo claro disto, é o da «golpaça» tentada para a manifestação de quinta-feira passada, em que as forças reformistas foram ao ponto de inventar uns núcleos SUV e pró-SUV de várias unidades.

Como se depreende da resposta do Secretariado do SUV-RM Lisboa os núcleos SUV da R. M. L. já existentes não alinham em tais golpes, **nem se submetem a interesses partidários**

Mas os soldados já mostraram claramente a sua fibra revolucionária e compreenderam qual a importância da sua aliança com os trabalhadores (e de como já não se deixam levar em golpaças).

Disso resultou em grande parte a contra-ofensiva das forças revolucionárias e os avanços organizativos e de consciência política adquirida na luta.

Temos pois, camaradas, que preparar e aprofundar as condições para levar a ofensiva popular à vitória.

Pela sua importância e pela riqueza das reflexões nele contidas transcrevemos parte do artigo do «Soldados em Luta» n.º 2, jornal dos soldados em luta no RASP.

Reacçãoários fora dos quartéis, já! Soldados sempre sempre ao lado do povo! Em frente pela formação de comités de apoio à luta do RASP/CICAP.

Em frente pela formação de comissões de soldados!

Em frente pelo exército popular!

1. Impõe-se neste momento que façamos um balanço provisório da luta. Importa ver as nossas conquistas e vitórias, os erros que cometemos e as limitações da luta.

1.1. Há que realçar, em primeiro lugar, alguns dos aspectos exemplares da nossa luta:

— Tivemos no RASP uma experiência de poder de trabalhadores fardados. A vontade colectiva dos soldados expressa nos plenários foi a lei que regulou toda a luta.

— Vivemos no RASP uma rica experiência de democracia directa: as decisões fundamentais foram tomadas colectivamente em plenário de soldados, as comissões eleitas eram permanentemente responsáveis perante o plenário e por este substituíveis no todo ou em parte.

— A nossa luta mostrou na prática que a unidade entre os soldados e os operários, camponeses e todo o povo trabalhador é uma condição necessária para a

vitória.

Nós tivemos consciência disso. Desenvolvemos todos os contactos possíveis com comissões de moradores, de trabalhadores e outros órgãos populares.

Por sua vez, as massas populares compreenderam a importância da nossa luta e, por isso, estiveram permanentemente ao nosso lado, exprimindo de variadas formas a sua solidariedade.

— No RASP pusemos em prática um novo tipo de relações e disciplina. Os galões ou divisas não foram a razão para a distribuição de tarefas **nem foram argumento para o exercício de qualquer autoridade.**

A disciplina revolucionária baseou-se na consciência dos justos objectivos a atingir com a nossa luta, no sentido da responsabilidade pelo cumprimento das tarefas que a cada um foram atribuídas e na crítica e autocritica como meio de corrigir os erros cometidos.

Durante todo o período

de luta não houve qualquer conflito pessoal, agressão física ou verbal, o que demonstra o alto sentido de responsabilidade, consciência e disciplina dos camaradas em luta.

— A luta revelou uma clara disposição ofensiva da nossa parte, no sentido de que só há uma maneira de derrotar as tentativas para pôr as Forças Armadas a funcionar no seu conjunto como agente de repressão sobre os trabalhadores: é avançar, avançar. Avançar na resposta táctica aos saneamentos à esquerda, ao encerramento de unidades progressistas e ao ataque às estruturas democráticas dentro dos quartéis. Avançar na organização de classe dos soldados: as comissões de soldados. Avançar na expulsão de todos os reacçãoários dos quartéis. Avançar na ligação com as comissões de moradores e de trabalhadores. Avançar na ligação dos soldados de cada quartel com os soldados de todos os quartéis.

téis.

1.2 Para colhermos todas as lições que a luta nos pode dar temos de saber apontar os erros e limitações verificadas:

— O carácter imprevisível da nossa entrada no RASP e a rapidez com que os acontecimentos se sucederam impediram que durante quase todo o período de permanência no RASP as comissões eleitas funcionassem devidamente.

Na altura em que saímos do RASP as várias comissões começavam a funcionar melhor.

— Como resultado da deficiência referida, verificou-se a centralização de tarefas em alguns camaradas.

— No trabalho de agitação e propaganda não se deu a devida atenção aos quartéis, o que permitiu que, em alguns quartéis, os oficiais reacçãoários desenvolvessem à vontade uma campanha de calúnias e mentiras sobre a nossa luta.

Como avançar

2. Saímos do RASP por o plenário ter entendido que as decisões do general Fabião correspondiam ao essencial aos nossos objectivos — e que face à nova situação havia que adoptar novas formas de luta. Contudo, não foram dadas garantias rigorosas do **cumprimento total e imediato** das decisões tomadas. Por isto, a **luta continua**. Só através da nossa organização e capacidade de luta podemos ter a certeza que as decisões do general Fabião não são palavras lançadas ao vento.

Como sempre, temos de contar sobretudo com as nossas próprias forças. Temos de exigir a reestruturação a curto prazo do CICAP, garantir que serão reintegrados todos os ele-

mentos e que na realidade não será aplicada qualquer sanção aos camaradas que estiveram no RASP.

3. Mas como continuar a luta?

Em primeiro lugar, temos de avançar imediatamente na constituição em cada quartel de **Comité de Apoio à luta CICAP/RASP**, cujas funções serão:

a) Combater as calúnias e mentiras difundidas pelos reacçãoários sobre a nossa luta e todas as tentativas de divisão.

b) Esclarecer os nossos camaradas mal informados ou hesitantes quanto à justiça da nossa luta, discutir com eles, nunca os afastando de nós, mas, ao contrário, procurando trazê-los para a luta.

A organização de plenários de esclarecimento e debate sobre a luta CICAP/RASP, a feitura de jornais de parede e a distribuição do nosso jornal e dos comunicados da comissão de luta são meios concretos para dar uma imagem clara daquilo que nós queremos.

c) Organizar o combate às medidas repressivas, nomeadamente à passagem de licenças registadas, (2 no QG; 7 no RCPO; 2 no RCPOE; 3 no HMR). Não podemos permitir isto. Devemos seguir o exemplo dos camaradas do CICAP, organizando-nos colectivamente e impedindo a concretização dessas sanções, fazendo engolir aos reacçãoários as licenças que tiveram a ousadia de passar.

De imediato, em todos os quartéis devemos convocar plenários e fazer aprovar moções em que se condene totalmente a passagem de licenças registadas e exigir o seu levantamento.

Há, também, que perguntar ao general Fabião quem é que manda: ele ou o brig. Veloso? Há ou não há sanções? O brig. Veloso age sob as ordens do general Fabião ou contra ordens deste? Queremos isto muito claro!

d) Organizar a ligação com as comissões de moradores, de trabalhadores e outros órgãos populares da área de cada quartel.

Fomentar a criação de Comités de Apoio à luta CICAP/RASP nos bairros, fábricas e empresas é um dos caminhos a seguir.